

A Ordem por princípio

encaminhadas ao Ministério Público, motivo pelo qual a Câmara não poderia permanecer inerte diante dos fatos comunicados. Esclareceu que os requerimentos tinham como finalidade exclusiva a obtenção da documentação necessária para verificar a procedência das denúncias e a eventual existência de irregularidades. Por fim, informou que, após o recebimento das respostas, as informações seriam apresentadas aos Vereadores, à população e aos solicitantes, considerando que a denúncia havia sido encaminhada de forma anônima, e que a matéria seria posteriormente analisada pelas comissões competentes, às quais caberia discutir os documentos recebidos e emitir os respectivos pareceres. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 43/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Por fim, deliberaram em *único turno o Requerimento n.º 44/2026, de autoria do Presidente desta Casa Legislativa, Vereador Renato Mayer Cruz, solicitando informações e documentos do SAAE para verificar a regularidade da designação e dos atos praticados pelo Diretor Adjunto, os valores pagos em razão da Portaria n.º 18/2026, a designação e a atuação dos servidores que exercem funções gratificadas nas contratações públicas, bem como a responsabilidade pelas atividades contábeis e financeiras da autarquia e os respectivos custos.* Não houve discussão. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 44/2026 foi aprovado por unanimidade dos presentes.** Antes de encerrar a sessão, o Presidente encaminhou o **Projeto de Lei n.º 31/2026**, que "Dispõe sobre a 7ª Alteração do Contrato de Consórcio Público do Consórcio Intermunicipal da Serra da Canastra, Alto São Francisco e Médio Rio Grande – CICANASTRA e autoriza alteração do Estatuto para modificar o prazo de mandato do Presidente do Consórcio e dá outras providências", de autoria do Chefe do Poder Executivo e apresentado para tramitação em regime de extrema urgência, à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, à Comissão de Finanças e Orçamento e à Comissão de Educação, Saúde e Assistência, para análise e emissão dos respectivos pareceres. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os vereadores para a 82.^a (octogésima segunda) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 08 (oito) de setembro de 2026, segunda-feira, às 19h. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Presidente Renato Mayer Cruz.

Tatiana C. de A. Gonçalves

Ata da 82.^a (octogésima segunda) Sessão Ordinária, da 2.^a (segunda) Sessão Legislativa da 20.^a (vigésima) Legislatura da Câmara Municipal de São João Batista do Glória-MG. A sessão teve início às 19h (dezenove horas) do dia 08 (oito) de setembro de 2026 (terça-feira), sob a presidência do vereador Renato Mayer Cruz. O Presidente da Casa solicitou a esta Secretária a chamada nominal dos vereadores, tendo comparecido os seguintes *edís*: Alexandre Maciel, Brenda Garcia de Souza Silva, Cresio Costa, Danilo José Soares Marques, Gleds

da Fonseca, Henrique Augusto Corrêa Rezende, Joel Alves Pereira, Renato Mayer Cruz e Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves. Verificado o número legal de presenças, sob a proteção de Deus e em nome do povo gloriense, o **Presidente** declarou aberta a sessão. Na sequência a ata da sessão anterior foi deliberada e aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o **Presidente** solicitou a esta **Secretária** a leitura do expediente do dia, que constou o seguinte. **Expediente:** .1 – Discussão e votação da ata da 81.^a (octogésima primeira) Sessão Ordinária, realizada em 31 de agosto de 2026. **Expedientes oriundos do Chefe do Poder Executivo:** 1 – Ofício n.º 222/2026, encaminhando para apreciação o Projeto de Lei n.º 33/2026, que “Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de São João Batista do Glória/MG, em conformidade com a Lei Federal n.º 12.305/2010 e a Lei Estadual n.º 18.031/2009, e dá outras providências”. 2 – Ofício n.º 218/2026, solicitando a prorrogação, por mais 15 (quinze) dias, do prazo para apresentação da resposta ao Requerimento n.º 39/2026, referente aos pagamentos dos aditivos da obra da Ponte dos Canteiros, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca. 3 – Ofício n.º 219/2026, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 33/2026, relativo ao horário de atendimento ao público no Setor de Tributos da Prefeitura Municipal, de autoria conjunta dos vereadores desta Casa Legislativa. 4 – Ofício n.º 220/2026, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 34/2026, que solicita cópia do projeto de instalação do sistema de sonorização no Centro de Eventos Joanito da Fonseca, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca. 5 – Ofício n.º 221/2026, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 35/2026, que solicita informações sobre as falhas no sistema de gestão pública fornecido pela empresa Memory Informática e as providências adotadas pela Administração Municipal, de autoria das Vereadoras Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves e Gleds da Fonseca. **Expedientes oriundos diversos:** 1 – Inscrição n.º 17/2026 para uso da Tribuna durante a Sessão, apresentada pela cidadã Deidiane Rodrigues da Silva, com a finalidade de reivindicar os direitos de seu filho, diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista (TEA). 2 – Denúncia recebida por e-mail, relativa a possíveis irregularidades administrativas no âmbito do SAAE, envolvendo a designação de servidores para o exercício de funções de chefia e direção, a instauração de processo administrativo disciplinar e questionamentos quanto à formação acadêmica de servidor. **Expedientes apresentados pelos vereadores:** 1 – Ofício n.º 292/2026, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, encaminhando à apreciação o Projeto de Lei n.º 32/2026, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação, em tempo real, da relação atualizada dos medicamentos disponíveis na Farmácia Básica Municipal de São João Batista do Glória/MG, e dá outras providências”. 2 – Requerimento n.º 45/2026, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca, solicitando, após ouvido o Plenário, informações do Executivo Municipal sobre a possibilidade de instalação de placa de parada obrigatória – “PARE” no cruzamento localizado na Rua Morro Grande, no bairro Maria e Vadico. 3 – Requerimento n.º 46/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando, após ouvido o Plenário, que o Executivo Municipal encaminhe informações e documentos relativos à contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria à Secretaria Municipal de Educação, incluindo contrato e aditivos, atividades desenvolvidas, valores pagos, fontes de custeio e objetivos da contratação. 4 – Requerimento n.º 47/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade

A Ordem por princípio

Gonçalves, solicitando, após ouvido o Plenário, que a Secretaria Municipal de Saúde encaminhe informações sobre as pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e diagnósticos semelhantes acompanhadas pela rede municipal de saúde, incluindo demanda por acompanhamento terapêutico, atendimentos oferecidos, locais e profissionais responsáveis, fila de espera e valores investidos. Não houve orador inscrito para falar no **Pequeno Expediente**. Dando continuidade, o **Presidente** declarou aberto o **Grande Expediente** e, inicialmente foi concedida a palavra à **Vereadora Brenda**, primeira oradora inscrita, que cumprimentou o Presidente, os demais vereadores e a população presente e que acompanhava a sessão. Inicialmente, justificou sua ausência na sessão anterior, em razão de questões de saúde, ressaltando, contudo, que havia acompanhado os debates realizados naquela oportunidade. Em seguida, manifestou-se acerca das discussões envolvendo a coleta de lixo e a limpeza urbana do Município, relatando que, antes de se posicionar sobre o assunto, percorreu os bairros e ruas da cidade, em aproximadamente trinta e dois quilômetros, a fim de verificar pessoalmente as condições de limpeza. A Vereadora reconheceu o trabalho realizado pela população que mantinha limpas as áreas próximas às suas residências e também parabenizou os garis e servidores responsáveis pela coleta. Afirmou não considerar que o Município estivesse tomado pelo lixo, embora reconhecesse a existência de problemas que precisavam ser solucionados. Ressaltou, entretanto, que a responsabilidade pela limpeza deveria ser compartilhada entre o Poder Público e os cidadãos. Relatou, como exemplo, situação observada no Bairro Alto dos Pássaros, onde havia sido colocado lixo em local cuja coleta, segundo as informações de que dispunha, ocorria às segundas e quartas-feiras à noite e aos sábados pela manhã. Destacou que o descarte antecipado possibilitava que animais espalhassem os resíduos pelas ruas, razão pela qual considerou necessário que a população também observasse os horários estabelecidos para a coleta. Na sequência, destacou o papel institucional do vereador, afirmando que, além de fiscalizar, caberia ao Legislativo propor soluções, elaborar leis e contribuir para a formulação de políticas públicas. Nesse sentido, mencionou projeto de lei de sua autoria, denominado "Câmeras Amigas", que se encontrava no Poder Executivo e que buscava ampliar a fiscalização municipal mediante a utilização colaborativa de câmeras particulares, possibilitando auxiliar na identificação de situações que demandassem atuação do Poder Público, inclusive relacionadas ao descarte irregular de resíduos, depredação e outras ocorrências. Solicitou que o projeto tivesse prosseguimento, com os aperfeiçoamentos eventualmente necessários, para que pudesse ser colocado em prática. A Vereadora também ressaltou a necessidade de respeito aos limites institucionais entre os Poderes, observando que ao vereador caberia indicar, cobrar, fiscalizar, propor leis e políticas públicas, enquanto a gestão e a execução administrativa competiriam ao Prefeito. Defendeu, ainda, que divergências entre os parlamentares fossem compreendidas como parte natural do processo democrático, desde que preservados o respeito às instituições e as atribuições de cada função. Ao tratar da divergência de informações recebidas pela população acerca da coleta de lixo, afirmou que diferentes vereadores poderiam possuir opiniões ou informações distintas e que caberia ao cidadão buscar dados, ouvir as versões e formar sua própria convicção. Defendeu que mudanças de posicionamento deveriam decorrer de novos fatos ou

informações, e não de pressões ou conveniências. Por fim, sugeriu ao Poder Executivo que promovesse efetiva fiscalização dos lotes, calçadas e locais de descarte irregular, reconhecendo que eventual aplicação de multas poderia gerar reclamações, mas ponderando que a ausência de fiscalização também resultaria em cobranças. Sustentou que, para que o Município se mantivesse organizado e limpo, seria necessário exigir responsabilidade tanto do Poder Público quanto de cada cidadão. Encerrada sua manifestação, agradeceu. Em seguida, o **Presidente Renato** parabenizou a Vereadora pelo posicionamento e relatou situação em que, após o recolhimento de lixo e entulho existente nas proximidades de seu local de trabalho, novos resíduos haviam sido descartados no mesmo local pouco tempo depois. Reconheceu a necessidade de melhorias por parte do Poder Executivo, mas ressaltou também a importância da colaboração da população. O Presidente sugeriu que fossem amplamente divulgados os horários de coleta em cada região, inclusive por meio de veículos de divulgação que circulassem pelos bairros, para que os moradores soubessem os dias e horários aproximados da passagem do caminhão e evitassem colocar os resíduos nas ruas antecipadamente. Citou especialmente os bairros Alto da Glória e Alto dos Pássaros, onde a coleta não ocorreria diariamente. Ressaltou, ainda, a importância de acondicionar adequadamente o lixo, considerando a existência de animais que poderiam espalhar os resíduos. Por fim, elogiou o trabalho realizado pelos garis em sua região e afirmou que, em muitos locais, a coleta vinha sendo realizada de maneira adequada. Na sequência, foi concedida a palavra ao **Vereador Cresio**, segundo orador inscrito, que cumprimentou os presentes e retomou o debate acerca da limpeza urbana. Recordou que, na sessão anterior, o Secretário Municipal de Infraestrutura havia comparecido à Câmara e recebido diversas demandas, ocasião em que o vereador também apresentou sugestões para melhoria da coleta. O Vereador defendeu a aquisição urgente de outro caminhão de lixo, argumentando que o crescimento da cidade e o aumento dos bairros haviam elevado significativamente a demanda pelo serviço. Sugeriu a divisão das rotas e das equipes por bairros, de modo que dois caminhões pudessem realizar a coleta de forma mais eficiente. Observou que o sistema de formação de “bandeiras” de lixo favorecia a ação de animais, que espalhavam os resíduos antes da passagem do caminhão. Também destacou a necessidade de fiscalização e aplicação da legislação municipal referente à limpeza de lotes, afirmando que os proprietários deveriam ser responsabilizados pela manutenção de seus imóveis. Ressaltou que não seria suficiente o Poder Público realizar a limpeza de determinado local se, posteriormente, novos resíduos fossem novamente descartados. O Vereador relatou, ainda, a existência de acúmulo de lixo em determinados pontos do Bairro Planalto, inclusive próximo a residências, situação que, segundo informou, já havia sido encaminhada ao setor responsável. Solicitou providências para a limpeza da praça do bairro, onde havia brinquedos adquiridos mediante emenda impositiva, bem como para o desentupimento de bueiro que acumulava areia e poderia provocar transtornos em períodos de chuva. Na mesma manifestação, alertou para o desbarrancamento de área verde localizada no bairro Jardim Planalto II, observando que o avanço do barranco poderia comprometer o asfalto e atingir imóveis situados nas proximidades. Pediu providências preventivas. Também solicitou que a CEMIG fosse acionada para realizar a poda de árvores cujos galhos estavam próximos à rede elétrica, destacando o risco de interrupção do

A Ordem por princípio

fornecimento de energia para diversos bairros. Durante a manifestação, a **Vereadora Brenda** solicitou aparte, que lhe foi concedido. Relatou que, durante o percurso realizado pelos bairros, havia registrado fotograficamente diversos pontos críticos, observando que, embora existissem problemas em praticamente todas as regiões, estes eram pontuais. Sugeriu que os vereadores, juntamente com os responsáveis pelos serviços, realizassem reunião para apresentar os locais identificados e buscar soluções específicas. A Vereadora também mencionou ter recebido informação de que havia sido encaminhado à Câmara o projeto relacionado ao Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, destacando que sua aprovação seria necessária para viabilizar a aquisição do novo caminhão de lixo. Manifestou expectativa de que a matéria estivesse em conformidade e pudesse ser apreciada com celeridade pelo Legislativo. O **Presidente Renato** informou que havia solicitado informações acerca dos recursos destinados à aquisição do veículo e que, segundo as informações disponíveis, a verba já estaria na conta do Município. Mencionou dúvida quanto à possibilidade de realização da compra naquele período, em razão do calendário eleitoral, e buscou esclarecimento junto ao Assessor do Legislativo Paulo César. A **Vereadora Brenda** acrescentou que havia recebido a informação de que o projeto de lei sobre resíduos sólidos precisaria ser aprovado até o dia quinze para que a aquisição pudesse ser realizada. O **Presidente** informou que a matéria seria encaminhada para leitura naquela data e manifestou expectativa de que pudesse avançar na sessão seguinte. O **Vereador Henrique** também se manifestou sobre o assunto, afirmando que a aquisição do caminhão vinha sendo aguardada e que, diante dos trâmites existentes, o veículo provavelmente estaria disponível somente no início do ano seguinte. O **Presidente** reiterou que os recursos estariam disponíveis e que deveriam ser adotadas as providências necessárias para a aquisição. Em seguida, foi concedida a palavra ao **Vereador Danilo**, terceiro orador inscrito, que cumprimentou os presentes e afirmou que a questão da limpeza pública ultrapassava o problema específico da coleta de lixo, constituindo questão mais ampla no Município. Mencionou a existência de áreas de preservação permanente com necessidade de limpeza, lotes públicos sem calçadas e terrenos dos quais terra e outros materiais eram carregados para as vias públicas durante as chuvas. O Vereador declarou-se favorável à adoção de medidas de fiscalização e afirmou estar disposto a apoiar a abertura de comissão de investigação caso fossem obtidas as assinaturas necessárias para apurar eventual descumprimento da legislação municipal relativa à limpeza urbana. Ressaltou que, além da responsabilidade da população, também deveria ser cobrada do Poder Executivo a ampliação e melhoria dos serviços públicos. Na sequência, destacou a realização do almoço beneficente do Lar São Vicente de Paulo, informando que o leilão havia arrecadado aproximadamente R\$ 160.000,00. Ressaltou, contudo, que o valor, embora expressivo, ainda seria insuficiente diante das necessidades da instituição. Defendeu que fossem discutidas medidas para ampliação do Lar, inclusive com a criação de novos espaços de convivência e de área destinada à circulação dos idosos, bem como a ampliação do número de leitos. O Vereador também defendeu a implantação, no Município, de um Centro-Dia, que consiste em um centro de convivência para a população idosa, considerando o aumento da expectativa de vida e, conseqüentemente, do número de pessoas da melhor idade. Em seguida, abordou

tema da segurança pública e apresentou a nova viatura da Polícia Militar destinada ao Município. Explicou que o novo modelo adotado pela corporação buscava proporcionar maior discricção durante determinadas operações, sem prejuízo da função ostensiva quando utilizado o sistema luminoso. Manifestou satisfação com a chegada do veículo e destacou a necessidade de investimentos contínuos em segurança. Defendeu, ainda, a ampliação do sistema de monitoramento por câmeras no Município, com instalação de equipamentos capazes de realizar leitura de placas e reconhecimento facial. Ressaltou que outros municípios já dispunham de sistemas semelhantes e afirmou que pretendia continuar trabalhando para viabilizar a ampliação do monitoramento em São João Batista do Glória. Acrescentou que outra viatura, destinada ao Município por intermédio de deputado, também deve chegar em um futuro breve. Ao final, desejou uma semana abençoada a todos. Prosseguindo, foi concedida a palavra à **esta Secretária**, quarta oradora inscrita, que solicitou à população que, ao encaminhar reclamações relativas à coleta de lixo, priorizasse o envio de vídeos, acompanhados da indicação do horário e do local, para possibilitar melhor apuração dos fatos. Relatou, em seguida, situação ocorrida em grupo de servidores públicos, no qual havia sido questionado se haveria coleta de lixo no feriado de sete de setembro e qual seria o horário do serviço. Informou que entrou em contato com o Secretário Municipal de Infraestrutura, tendo recebido a confirmação de que a coleta seria realizada normalmente no período noturno. Durante sua fala, esta Secretária passou, então, a responder manifestação atribuída a servidor ligado ao Poder Executivo, que teria classificado como tumulto a atuação desta parlamentar no grupo de servidores. Afirmou que o exercício da fiscalização, mediante apresentação de reclamações, questionamentos e busca por informações, constituía atribuição legítima do mandato. Ressaltou que não pretendia perseguir servidores ou criar conflitos, mas cumprir o dever de representar a população, buscar esclarecimentos e fiscalizar os serviços públicos. Defendeu que eventual erro de sua parte poderia ser esclarecido e corrigido, mas que as cobranças formuladas pelo mandato deveriam igualmente ser respondidas com informações e respeito institucional. Informou, ainda, que havia requerimento subscrito pelos vereadores desta Casa Legislativa relacionado à questão tributária e que pretendia abordar, em sessão posterior, a resposta encaminhada pelo Poder Executivo, a qual considerou como vergonhosa. Na parte final de sua manifestação, foi exibido vídeo encaminhado por morador, no qual eram apontadas condições de limpeza de área verde e a existência de árvores próximas à rede elétrica. A Vereadora explicou que uma máquina havia realizado parte da limpeza do local e que havia sido informado aos moradores que retornaria posteriormente, o que, segundo relatou, não havia ocorrido até aquela data. Solicitou providências para que a limpeza da área fosse concluída enquanto os equipamentos ainda se encontravam nas proximidades. Ao final, reiterou que continuaria exercendo a fiscalização do Poder Executivo e desejou boa noite e ótima semana a todos. Na sequência, foi concedida a palavra ao **Vereador Henrique**, quinto orador inscrito, que afirmou haver diferentes versões acerca da situação da limpeza urbana, mas ressaltou que os servidores responsáveis pela coleta enfrentavam dificuldades em razão da existência de apenas um caminhão, considerado antigo e insuficiente para atender à demanda. Pediu paciência à população enquanto o serviço fosse reorganizado – principalmente levando em consideração os acontecimentos da semana anterior – e afirmou perceber melhora

A Ordem por princípio

gradual na execução da coleta. O Vereador comentou, ainda, a realização do evento beneficente do Lar São Vicente de Paulo, ressaltando o aumento da arrecadação em relação ao ano anterior e manifestando expectativa de que os recursos fossem adequadamente empregados pela instituição. Quanto à manutenção das estradas rurais, observou que os serviços haviam avançado, embora ainda existissem demandas pendentes, especialmente em razão das chuvas. Chamou atenção para determinados trechos que receberam aplicação de material asfáltico e que, posteriormente, passaram a apresentar irregularidades, formando depressões que poderiam causar danos severos a veículos. Solicitou que tais pontos fossem acompanhados e recebessem manutenção adequada. Em seguida, foi concedida a palavra ao **Vereador Joel**, sexto orador inscrito, que cumprimentou os vereadores, os servidores e o público presente. Inicialmente, destacou seu trabalho na área da saúde durante o mandato anterior, consistente na aquisição de móveis para o Hospital Dona Chiquita para acomodar pacientes e acompanhantes, e agradeceu aos servidores do setor pelo atendimento das demandas apresentadas. Informou que havia destinado aproximadamente R\$ 100.000,00 em emendas para o Hospital Dona Chiquita, visando à aquisição de mesa cirúrgica, ressaltando a importância de investimentos que possibilitassem a realização de procedimentos no próprio Município e evitassem deslocamentos dos pacientes. Parabenizou os vereadores pelas emendas destinadas à saúde e destacou a chegada de computadores ao hospital, considerando que a disponibilização de equipamentos adequados contribuiria para a melhoria do atendimento. Na sequência, falou sobre o evento realizado em benefício do Lar São Vicente de Paulo, relatando a participação do Clube do Cavalo e o aumento da quantidade de alimentos preparados para a ocasião. Agradeceu aos produtores rurais, servidores e demais colaboradores que contribuíram para a realização do evento, ressaltando a importância da participação da comunidade para a manutenção da instituição. Sobre as estradas rurais, afirmou que os serviços haviam apresentado melhora, mas apontou a dificuldade de obtenção de cascalho. Relatou ter recebido solicitação de produtor rural que necessitava de material para garantir condições de tráfego e transporte da produção, especialmente do leite, durante o período chuvoso. Posteriormente, o Vereador abordou a relação entre os vereadores e o Poder Executivo, defendendo maior diálogo, consideração e respeito entre as partes. Manifestou-se acerca de críticas anteriormente feitas ao Prefeito relacionadas à sua participação em evento político, ponderando que o chefe do Executivo também possuía direito à vida pessoal e ao convívio familiar. Defendeu que situações particulares não deveriam ser utilizadas para questionar o exercício do mandato ou da função administrativa. Ressaltou que não se encontrava alinhado politicamente ao Prefeito para deixar de exercer sua função fiscalizadora e afirmou que, diante de projetos encaminhados à Câmara, caberia aos vereadores analisá-los conjuntamente, com orientação jurídica e institucional, decidindo de acordo com o interesse público. Ao final, afirmou que seu pronunciamento havia sido um desabafo e pediu desculpas caso tivesse causado algum desconforto. Na sequência, foi concedida a palavra à **Vereadora Tatiana**, sétima oradora inscrita, que cumprimentou os presentes e iniciou sua manifestação tratando do projeto relacionado ao Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos. Recordou que, na sessão anterior, havia afirmado que o Poder Executivo vinha

adotando providências somente após as cobranças realizadas pela Câmara. Considerou positiva a movimentação do Executivo, mas destacou que o projeto já estaria pronto há algum tempo e deveria ter sido encaminhado anteriormente ao Legislativo. A Vereadora ressaltou que a aprovação da matéria estaria relacionada à aquisição do novo caminhão de lixo e defendeu que o projeto fosse analisado e votado com a urgência necessária. Em seguida, apresentou registros fotográficos de pontos considerados críticos em relação à limpeza urbana, especialmente no Bairro Alto da Glória, onde, segundo relatou, havia lotes vagos em condições inadequadas. Criticou situações em que era realizada apenas a capina da guia da calçada, permanecendo o lote sem a devida limpeza, e solicitou planejamento para que os mutirões contemplassem integralmente as áreas dos bairros. Na sequência, abordou o atraso no envio de informações aos sistemas SICOM e SICONFI, vinculados ao Tribunal de Contas, informando que o SICOM encontrava-se com dados atrasados e que o Município ainda não havia encaminhado informações relativas ao primeiro semestre ao SICONFI. Afirmou ter buscado informações junto aos departamentos responsáveis e também ter levado a situação ao conhecimento do Prefeito, sem, contudo, obter resposta conclusiva. Alertou para o risco de aplicação de penalidades e para os reflexos que o atraso poderia produzir também sobre o trabalho da Câmara. A Vereadora informou, ainda, que havia apresentado requerimentos relacionados às áreas da educação e da saúde, especialmente quanto ao atendimento de crianças e adolescentes que necessitavam de terapias especializadas. Cumprimentou as mães presentes na sessão e relatou ter realizado levantamentos acerca dos tratamentos atualmente oferecidos fora do Município e dos respectivos custos. Abordou a existência de espaço destinado ao atendimento terapêutico, mencionando que equipamentos para terapia ocupacional já haviam sido adquiridos e que alguns brinquedos estavam sendo utilizados pela profissional de psicologia contratada. Questionou, entretanto, a ausência de divulgação pública mais ampla do serviço e defendeu que fossem adotadas medidas para ampliar o atendimento no próprio Município, evitando deslocamentos das crianças para outras localidades. A Vereadora relatou conversa com uma mãe de criança em atendimento terapêutico e destacou a importância da evolução proporcionada pelo tratamento. Defendeu que os recursos públicos destinados à saúde fossem utilizados para garantir atendimento adequado às crianças e adolescentes, afirmando que continuaria acompanhando e fiscalizando a situação. Informou, ainda, que havia levado o assunto ao Ministério Público e que pretendia continuar cobrando providências até que os serviços prometidos fossem efetivamente disponibilizados. Ao final, afirmou que permaneceria exercendo a fiscalização parlamentar, reconhecendo os avanços verificados na manutenção das estradas, mas sustentando que outros setores ainda necessitavam de providências. Reiterou a necessidade de diálogo com o Poder Executivo, desde que acompanhado de medidas concretas, e questionou a ausência de divulgação, nas redes sociais oficiais do Município, de determinados serviços realizados na área da saúde. Concluiu afirmando que a atuação parlamentar deveria estar voltada à defesa dos interesses da população. O **Presidente Renato** esclareceu que, em algumas situações, a Presidência desta Casa Legislativa permitia que o orador ultrapassasse ligeiramente o tempo estipulado para que pudesse concluir sua manifestação e prestar os devidos esclarecimentos à população. Por fim, foi concedida a palavra ao **Vereador Alexandre**, oitavo e último

A Ordem por princípio

orador inscrito, que cumprimentou os presentes e registrou agradecimento às Secretarias Municipais de Saúde e Educação e aos demais servidores pelo trabalho desenvolvido nas respectivas áreas. O Vereador informou que não pretendia abordar a questão da limpeza urbana, mas agradecer à Administração Municipal e prestar esclarecimentos acerca das emendas impositivas. Relatou que, por meio de emenda destinada ao Hospital Dona Chiquita, haviam sido adquiridos cinco computadores, já entregues à instituição, e informou que outros equipamentos, incluindo impressoras e uma câmara de conservação de imunobiológicos, estavam em processo de entrega. Ressaltou que, antes de indicar recursos para entidades, procurava verificar diretamente com seus responsáveis quais seriam as necessidades prioritárias, a fim de garantir melhor aplicação das verbas. Em seguida, tratou das emendas impositivas referentes ao exercício de 2026. Informou que, juntamente com a Vereadora Tatiana e o Presidente Renato, havia destinado recursos ao hospital para um projeto de reestruturação do sistema de oxigênio, com o objetivo de possibilitar o fornecimento de oxigênio aos quartos e reduzir a necessidade de utilização de cilindros individuais. Mencionou, ainda, a aquisição de concentradores de oxigênio para pacientes que necessitassem de uso contínuo. Relatou também a destinação de recursos, em parceria com o Presidente Renato, para aquisição de uma lavadora de louças para a unidade escolar, bem como valores destinados à reativação do sistema de irrigação do estádio municipal. Explicou que a reativação seria importante especialmente durante o período de estiagem, evitando a necessidade de entrada de veículos pesados no local e reduzindo riscos de danos à tubulação existente. Na sequência, informou a destinação de recursos para aquisição de uma grade aradora para associação localizada em Taboas, em parceria com outros vereadores, ressaltando que a união de emendas possibilitaria alcançar o valor necessário para a aquisição do equipamento. Também comunicou a indicação de aproximadamente R\$ 19.700,00 para o Lar São Vicente de Paulo, além de recursos destinados ao Hospital do Câncer, à APAE e à Associação Amor Jardim Planalto. Destacou que as indicações eram realizadas mediante diálogo com o Poder Executivo e com as entidades beneficiadas, buscando direcionar os recursos às necessidades mais relevantes. Por fim, informou a destinação de R\$ 132.140,87 para a área de infraestrutura, visando à confecção de doze mata-burros de concreto destinados ao atendimento dos produtores rurais. Explicou que a substituição dos mata-burros de madeira por estruturas de concreto reduziria a necessidade de manutenção e proporcionaria solução mais duradoura. O Vereador encerrou sua manifestação relatando que havia conversado com o Prefeito e outros responsáveis acerca da distribuição de calcário aos produtores rurais. Informou que o material, cuja entrega era aguardada, ainda não havia chegado, mas que havia recebido a expectativa de que fosse entregue nos dias seguintes e distribuído com a maior brevidade possível, considerando a necessidade de aplicação nas propriedades. Ao final, agradeceu ao Presidente e desejou boa noite e ótima semana a todos. Sem mais oradores inscritos, o **Presidente** declarou encerrado o Grande Expediente e facultou a palavra à cidadã inscrita na **Tribuna Popular**. A **Cidadã Deidiane Rodrigues da Silva**, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e informou ser mãe de Ana Elisa, criança diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista há aproximadamente três anos. Relatou que a filha

realizava tratamento na APAE duas vezes por semana, tendo anteriormente frequentado três vezes por semana, e que realizava o deslocamento em veículo próprio, uma vez que a criança não aceitava utilizar o transporte coletivo disponibilizado pelo Município. Explicou que alterações de trajeto ou de rotina provocavam crises intensas na filha, que poderiam durar de duas a três horas, prolongando-se durante a noite e repercutindo também no dia seguinte, inclusive no ambiente escolar. A Cidadã Deidiane solicitou aos Vereadores, ao Prefeito e às Secretarias Municipais de Saúde e de Educação um posicionamento acerca das medidas que poderiam ser adotadas pelo Município para atender às necessidades das crianças com Transtorno do Espectro Autista e de suas famílias. Mencionou a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, ressaltando que a legislação federal assegurava direitos às pessoas com transtorno do espectro autista. Relatou, ainda, as dificuldades enfrentadas pelas famílias para obtenção do Benefício de Prestação Continuada – BPC/LOAS, afirmando que, em sua percepção, poucas famílias do Município conseguiam ter acesso ao benefício. Informou que, segundo os dados de que tinha conhecimento, havia aproximadamente cinquenta e oito crianças laudadas no Município, sendo reduzido o número de famílias que recebiam o benefício, e destacou que muitas mães não trabalhavam por não terem condições de deixar os filhos desassistidos. Na sequência, relatou episódio ocorrido durante apresentação escolar de sua filha, ocasião em que a criança entrou em crise, apresentou comportamento de fuga, acendeu e apagou luzes, subiu em cadeiras e não conseguiu participar da apresentação. Ressaltou que a situação demonstrava a necessidade de acompanhamento adequado não apenas das crianças, mas também dos adolescentes com transtorno do espectro autista, os quais, segundo afirmou, estariam igualmente necessitados de atenção no Município. Manifestou preocupação com a chegada da filha à adolescência e destacou a necessidade de políticas públicas voltadas ao atendimento dessa faixa etária. A Cidadã Deidiane também relatou dificuldades relacionadas à segurança da filha dentro de sua própria residência, explicando que precisava manter determinados ambientes trancados, pois a criança poderia acessar objetos ou locais que oferecessem riscos. Informou que, em determinados momentos de agitação, precisava permanecer dentro de casa para evitar que a filha saísse desacompanhada, uma vez que, segundo relatou, ela não possuía noção adequada dos riscos existentes fora da residência e poderia se afastar sem conseguir retornar. Prosseguindo, afirmou que, embora houvesse atendimento psicológico nas escolas, considerava insuficiente o acompanhamento individualizado das crianças com necessidades específicas, especialmente diante da informação de que determinados atendimentos estariam sendo realizados de forma coletiva. Também mencionou a existência de um grupo de neurodivergentes no Município, mas ponderou que atividades de socialização, como piqueniques, não atenderiam integralmente às necessidades de sua filha, que apresentava dificuldades de socialização e poderia entrar em crise em ambientes desconhecidos. A Cidadã Deidiane destacou a necessidade de atendimento clínico especializado, mencionando a ausência de terapeuta ocupacional e a importância dos serviços de estimulação. Relatou que, quando iniciou o acompanhamento da filha na APAE, o tratamento começou por meio de estimulação, antes mesmo da disponibilização de atendimentos com psicóloga, fonoaudióloga e terapeuta ocupacional, e ressaltou os avanços observados no desenvolvimento da criança durante esse período. Em tom

A Ordem por princípio

emocionado, afirmou que as mães de crianças atípicas estavam cansadas e que, em determinados dias, sentia-se fisicamente e emocionalmente exausta diante das responsabilidades de trabalho, cuidados e acompanhamento das terapias da filha. Afirmou entender que o Município estaria sendo omisso diante das necessidades apresentadas e ressaltou que buscava ativamente os tratamentos disponíveis, deslocando-se regularmente para a APAE e enfrentando, inclusive, dificuldades e riscos durante o trajeto rodoviário. Explicou que a filha não aceitava permanecer no transporte coletivo ou em determinados ambientes, razão pela qual precisava realizar pessoalmente o deslocamento para as terapias. Relatou, ainda, que havia procurado informações sobre atendimentos psicológicos disponibilizados pelo Município e que, em algumas ocasiões, encontrou o local fechado, não tendo conseguido identificar quais profissionais estavam atendendo, quais escolas ou alunos estavam sendo contemplados ou quais procedimentos estavam efetivamente sendo realizados. Diante disso, solicitou aos Vereadores que considerassem a destinação de emendas e recursos para a causa das pessoas com transtorno do espectro autista, ressaltando que as necessidades dessa população deveriam receber a mesma atenção conferida às demais áreas da Administração Pública. A Cidadã Deidiane também questionou a situação da denominada “Casa do Autista”, mencionando que a construção ou implantação do espaço havia sido destacada durante a campanha eleitoral do Prefeito Eder e que, até aquele momento, não havia identificado a concretização da proposta. Manifestou preocupação, ainda, com o local que estaria sendo cogitado para os atendimentos psicológicos, por entender que o ambiente, em razão de suas características físicas, poderia não ser adequado para crianças com necessidades específicas. O Presidente, **Vereador Renato**, agradeceu a participação da cidadã e destacou a importância da Tribuna Popular como instrumento para que a população apresentasse diretamente suas demandas ao Poder Legislativo. Ressaltou que uma das atribuições da Câmara Municipal era fiscalizar e legislar e reconheceu que determinadas situações poderiam não ser percebidas pelos Vereadores sem a manifestação da comunidade. Informou que levaria as demandas apresentadas ao Prefeito Eder, com quem mantinha contato frequente, para buscar esclarecimentos acerca das providências que estavam sendo adotadas. O Presidente esclareceu que a Secretária Municipal de Saúde, Silvania, presente no plenário, não poderia se manifestar naquele momento por não ter realizado inscrição prévia para uso da Tribuna, conforme as disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal. Informou, contudo, que a presença da Secretária poderia contribuir para os esclarecimentos posteriormente buscados pela Casa Legislativa. Recordou, ainda, que a Câmara havia contribuído para a obtenção de recurso no valor de R\$ 200.000,00, destinado à área relacionada à saúde e à causa apresentada, embora não tivesse, naquele momento, informações precisas acerca da forma como o recurso havia sido aplicado. A **Cidadã Deidiane** esclareceu que o recurso mencionado, embora tivesse sido associado à causa das pessoas com autismo, não havia sido integralmente destinado ao atendimento dessa população e que, até aquele momento, as mães não haviam recebido retorno acerca da utilização da verba para a implantação da “Casa dos Autistas”. Com a palavra, a **Vereadora Tatiana** afirmou conhecer a realidade enfrentada por diversas mães de crianças atípicas do Município, inclusive por ter acompanhado crianças que haviam estudado no Meu Xodó.

Esclareceu que o Deputado Dimas Fabiano havia destinado recurso de R\$ 200.000,00 para a área da saúde e que, à época, havia sido discutida a possibilidade de utilização do recurso em favor da causa, mediante diálogo com o Poder Executivo e desenvolvimento de projeto. A Vereadora Tatiana relatou que havia realizado levantamentos em Passos acerca da quantidade de salas, equipamentos e estrutura necessários para a implantação de um espaço adequado de atendimento, destacando, inclusive, a necessidade de equipamentos de monitoramento com captação de áudio, destinados à segurança das crianças, adolescentes e profissionais. Informou que a servidora Michele havia colaborado com os levantamentos e que, durante o exercício de sua função fiscalizatória, havia buscado informações acerca dos equipamentos adquiridos. Relatou que havia constatado a existência de equipamentos ainda acondicionados em caixas, defendendo que fossem preservados adequadamente até que pudessem ser efetivamente utilizados. A Vereadora Tatiana ressaltou a importância das terapias para o desenvolvimento das crianças e afirmou que os avanços obtidos por meio de acompanhamento especializado eram perceptíveis. Defendeu que o Município deveria implementar os atendimentos necessários e observou que outros municípios, inclusive com menor capacidade financeira, vinham conseguindo estruturar serviços destinados às pessoas com transtorno do espectro autista. A Vereadora Tatiana destacou, ainda, que as associações poderiam colaborar com o Poder Público, mas não deveriam assumir atribuições que constitucional e administrativamente competiam ao Município. Nesse sentido, defendeu que o Poder Executivo assumisse efetivamente a responsabilidade pela formulação e execução das políticas públicas voltadas à população atípica. Em relação à dificuldade de transporte relatada pela Cidadã Deidiane, a Vereadora Tatiana sugeriu que a Câmara buscasse, junto ao Poder Executivo, alternativas como auxílio ou vale-combustível para famílias que necessitassem realizar pessoalmente o transporte de seus filhos para tratamentos especializados, citando experiência existente no Município de Itaú de Minas. Defendeu que, enquanto não fosse implantado um espaço municipal adequado, fossem adotadas medidas imediatas para auxiliar as famílias. Também destacou a necessidade de planejamento a longo prazo para que as crianças pudessem desenvolver autonomia e alcançar, na medida de suas possibilidades, maior independência na vida adulta, evitando que a ausência de tratamento adequado durante a infância produzisse consequências ainda mais graves no futuro. Na sequência, o **Vereador Joel** manifestou-se e relatou que, em 2022, havia sido procurado pela senhora Jaqueline, que lhe apresentou as dificuldades enfrentadas pelas famílias de pessoas com autismo. Informou que, à época, havia se colocado à disposição para auxiliar na criação de uma associação e que havia buscado informações sobre a documentação necessária para sua constituição, tendo o Assessor do Legislativo Paulo César auxiliado na elaboração da documentação. Relatou, ainda, que havia buscado patrocínio para custear o registro da entidade. O Vereador Joel afirmou que, posteriormente, questões de natureza política teriam interferido no processo de organização da associação, atingindo as próprias mães e crianças. Informou que, naquele momento, havia novamente buscado informações para viabilizar a constituição da entidade e que havia procurado pessoa para assumir sua presidência, ressaltando a necessidade de formalização e registro. O Vereador Joel destacou que, durante viagem a Brasília, havia recebido informações do Deputado Dimas Fabiano acerca da

A Ordem por princípio

possibilidade de destinação de emendas para a APAE e para ações relacionadas ao autismo. Ressaltou que uma associação devidamente constituída poderia receber recursos por meio de emendas, inclusive emendas impositivas, e defendeu que as mães retomassem a organização da entidade. Mencionou a possibilidade de cada Vereador indicar recursos para essa finalidade e afirmou que também seria possível buscar recursos junto a Deputados. O Vereador Joel reiterou seu apelo para que as famílias assumissem a organização da associação, destacando que, com uma entidade formalizada, seria possível ampliar as alternativas de captação de recursos e atendimento às demandas apresentadas. Retomando a palavra, o Presidente, **Vereador Renato**, informou que havia conversado com o Prefeito Eder no mesmo dia e que o Prefeito tinha conhecimento da inscrição da Cidadã Deidiane na Tribuna Popular. Relatou que o Prefeito havia mencionado a análise de aspectos legais relacionados à possibilidade de auxílio financeiro para o transporte da filha da cidadã e que o caso estaria sendo estudado, especialmente em razão das particularidades apresentadas. A **Cidadã Deidiane** informou que havia procurado o Assessor Jurídico do Município, Gabriel, para tratar de suas dificuldades e relatou também os gastos adicionais decorrentes das necessidades da filha, inclusive com fraldas geriátricas e alimentação específica em razão de intolerância à lactose. Destacou que não buscava comodidade pessoal, mas condições mínimas para garantir a segurança e o tratamento da filha. Reiterou que a criança necessitava de acompanhamento constante, não possuía autonomia para realizar atividades básicas e poderia se colocar em situações de risco caso não fosse supervisionada. A cidadã afirmou que seu pronunciamento representava não apenas sua situação particular, mas também o pedido de socorro de outras mães presentes no plenário. Relatou que, em gestão anterior, havia conseguido acesso a atendimentos de fonoaudiologia e psicologia no próprio Município, enquanto, segundo afirmou, durante a atual gestão não havia recebido esses atendimentos para a filha. Ressaltou, entretanto, que não tinha reclamações quanto ao acolhimento recebido pela criança nas unidades escolares Meu Xodó I e Meu Xodó II, reconhecendo o trabalho realizado pelas escolas. A Cidadã Deidiane voltou a destacar a dificuldade de muitas famílias em transportar seus filhos para tratamentos fora do Município e ressaltou que a oferta de terapias localmente poderia beneficiar também aquelas que não possuíam condições financeiras ou estruturais para realizar os deslocamentos. Relatou que a filha demonstrava boa adaptação ao atendimento terapêutico realizado na APAE, inclusive entrando para as sessões sem necessidade de sua permanência, o que, segundo afirmou, demonstrava a importância dos tratamentos para seu desenvolvimento. **Esta Secretária**, dirigiu-se à cidadã e às demais mães presentes, lamentando a situação relatada e ressaltando que, durante a campanha eleitoral, haviam sido apresentadas diversas propostas para a área. Mencionou, especificamente, reunião realizada com o Prefeito Eder e o Vice-Prefeito antes das eleições, na qual, segundo relatou, teriam sido apresentadas promessas relacionadas às demandas das famílias atípicas. Esta Secretária criticou a ausência de providências concretas diante das reivindicações apresentadas e afirmou que a Câmara Municipal deveria exercer sua função fiscalizatória, independentemente de posicionamentos políticos. Defendeu que os Vereadores buscassem, junto aos seus Deputados, recursos para viabilizar projetos voltados à

população atípica, mencionando proposta apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde para implantação de estrutura especializada. A **Vereadora Tatiana** ponderou que a captação de recursos, por si só, não seria suficiente se não houvesse projeto e disposição do Poder Executivo para efetivamente executar as ações. Destacou que o custo mensal de terapias especializadas poderia ser elevado e que não seria adequado criar expectativa de manutenção de um projeto sem a correspondente garantia de execução. Defendeu, portanto, que o Prefeito assumisse diretamente o compromisso de retirar o projeto do papel. **Esta Secretária** manifestou o desejo de que o pronunciamento realizado na Tribuna Popular chegasse ao conhecimento do Prefeito Eder e servisse para provocar providências concretas. Destacou que as mães estavam apresentando um pedido de socorro e defendeu que o Poder Executivo apresentasse uma resposta às demandas. A **Cidadã Deidiane** reiterou que as mães vinham solicitando providências havia anos e afirmou que algumas famílias enfrentavam dificuldades ainda maiores. Aproveitou a presença da Secretária Municipal de Saúde para questionar também a dificuldade de acesso a consultas com neurologista. Relatou que, em determinadas situações, conseguia levar a filha para atendimento especializado somente por meios próprios, uma vez que a Secretaria Municipal de Saúde não conseguia realizar o agendamento em razão da indisponibilidade de agenda do profissional. A cidadã ressaltou que algumas crianças utilizavam medicamentos e necessitavam de acompanhamento médico periódico para avaliação da necessidade de manutenção, aumento ou redução das medicações. Relatou, ainda, que exames importantes poderiam sofrer demora excessiva para realização, mencionando que sua filha havia aguardado aproximadamente três anos para realizar uma ressonância magnética que, segundo afirmou, deveria ter sido realizada em prazo menor. A **Vereadora Brenda** manifestou-se e reconheceu a legitimidade das reivindicações apresentadas. Informou que a Secretária Municipal de Saúde havia participado de reunião com os Vereadores e solicitado apoio para a causa das pessoas neurodivergentes, reconhecendo, naquela oportunidade, que os atendimentos existentes eram insuficientes diante da demanda. Destacou, contudo, como aspecto positivo, a disposição demonstrada pela Secretária em buscar recursos para a construção de um Centro de Especialidades. A Vereadora Brenda relatou que havia participado de visita técnica a município que mantinha estrutura semelhante, administrada por associação mediante repasse de recursos públicos, e explicou que havia vantagens e desvantagens tanto na execução direta pelo Poder Executivo quanto na gestão por entidade associativa. Destacou que, em determinados modelos, a associação poderia conferir maior agilidade à execução dos recursos, sem afastar a necessidade de controle e fiscalização do Poder Público. Relatou, ainda, ter recebido informações de Deputado acerca da preferência, em determinados casos, pela destinação de emendas diretamente às associações, por permitir maior acompanhamento da execução dos recursos. Ressaltou que o projeto do Centro de Especialidades já havia sido objeto de estudos e elaboração, dos quais havia participado, inclusive por meio de visita técnica e levantamento das necessidades estruturais. A Vereadora Brenda informou que o custo estimado para execução do projeto seria de aproximadamente R\$ 1.300.000,00 e que já existiria área institucional disponível para sua implantação. Acrescentou que a Secretária Municipal de Saúde havia manifestado disposição para buscar recursos em Brasília, após o período eleitoral, com o objetivo de

A Ordem por princípio

viabilizar a construção. A Vereadora Brenda ressaltou que a inexistência momentânea de determinados profissionais não poderia servir como justificativa para a paralisação das providências. Defendeu que fossem adotadas medidas de curto, médio e longo prazo simultaneamente, de modo que o atendimento imediato das crianças não fosse condicionado à futura construção do Centro de Especialidades. A **Vereadora Tatiana** interveio para destacar que justamente essa era sua preocupação, uma vez que a construção de um espaço adequado poderia demandar tempo, enquanto as famílias já enfrentavam as necessidades diariamente. Reforçou que o projeto de longo prazo era importante, mas que deveria ser acompanhado de medidas imediatas. A **Vereadora Brenda** esclareceu que não pretendia opor as duas estratégias, mas defendia que os projetos de curto, médio e longo prazo fossem desenvolvidos paralelamente, de forma que a busca por soluções imediatas não resultasse no abandono do projeto estrutural. Com a palavra, o **Vereador Danilo** cumprimentou a Cidadã Deidiane e as demais pessoas presentes e afirmou acompanhar há anos a luta das famílias. Destacou a necessidade de planejamento estratégico por parte do Município e defendeu a existência de uma Secretaria de Planejamento efetivamente voltada à elaboração e acompanhamento de projetos de médio e longo prazo. O Vereador Danilo informou que havia encaminhado ofício ao Poder Executivo solicitando cronograma de atuação e implantação dos serviços destinados às pessoas com autismo no Município, com previsão de ações para diferentes períodos. Segundo relatou, não havia recebido resposta conclusiva que estabelecesse um planejamento efetivo. Ressaltou que o investimento realizado durante a infância poderia produzir resultados positivos no desenvolvimento e na autonomia das pessoas com transtorno do espectro autista, evitando, futuramente, custos sociais e financeiros ainda maiores para o Município. Defendeu a ampliação das condições de sociabilidade, estudo, trabalho e autonomia dessas pessoas. O Vereador Danilo mencionou, ainda, a existência de recurso de aproximadamente R\$ 400.000,00 destinado à área da saúde e afirmou que, conforme consulta realizada no Portal da Transparência, pequena parcela desse recurso havia sido utilizada até aquele momento. Defendeu que os recursos disponíveis fossem efetivamente aplicados nas necessidades da saúde e que o Poder Executivo autorizasse a Secretaria Municipal de Saúde a utilizá-los conforme sua finalidade. Também abordou a possibilidade de utilização de profissionais e atendentes terapêuticos como forma de ampliar o número de pessoas atendidas, citando experiências de clínicas particulares e de outros serviços que utilizavam profissionais devidamente treinados para executar determinadas atividades sob orientação especializada. Ressaltou que alternativas dessa natureza poderiam ser analisadas pelo Município para ampliar o atendimento enquanto não fosse implantada a estrutura definitiva. O Vereador Danilo defendeu, ao final, que fosse estabelecido cronograma concreto, com ações previstas para curto, médio e longo prazo, envolvendo o Gabinete do Prefeito, as Secretarias de Planejamento, Saúde e Educação, de modo a transformar as demandas apresentadas pelas famílias em ações efetivas. Destacou que a Câmara Municipal já havia presenciado outras audiências e reuniões com famílias, mas que era necessário superar a fase de discussões e avançar para a execução. O **Presidente** perguntou à Cidadã Deidiane se havia mais alguma consideração a ser apresentada. A **Cidadã Deidiane** Rodrigues da Silva realizou suas considerações finais

e, emocionada, destacou que sua filha também não falava e que seu maior desejo era vê-la desenvolver a capacidade de se comunicar, inclusive para expressar necessidades simples do cotidiano. Afirmou que lutava para que a filha pudesse se tornar funcional e desenvolver maior autonomia, ressaltando que não sabia por quanto tempo poderia estar presente para prestar-lhe os cuidados necessários. Relatou que priorizava as necessidades da filha, inclusive deixando de realizar atividades pessoais para acompanhá-la em terapias e situações de doença ou emergência. Reiterou que sua preocupação principal era garantir que, no futuro, a filha tivesse condições de viver com maior autonomia e segurança. Agradeceu aos Vereadores pela oportunidade de falar e afirmou que sua presença na Tribuna Popular representava um pedido de socorro em nome de diversas mães. O **Presidente** agradeceu novamente a participação da Cidadã Deidiane Rodrigues da Silva e ressaltou a importância de ouvir diretamente a população para que a Câmara pudesse identificar demandas, realizar questionamentos, buscar providências e procurar recursos. Convidou a Secretária Municipal de Saúde, Silvania, e a Secretária Municipal de Educação, Kênia, para que, se possível, comparecessem à próxima sessão a fim de prestar esclarecimentos aos Vereadores acerca das medidas que estavam sendo adotadas e das possibilidades de melhoria dos atendimentos destinados às crianças e adolescentes com necessidades específicas. O Presidente esclareceu, contudo, que não seria possível abrir naquele momento a palavra para manifestação das pessoas presentes que não haviam realizado inscrição prévia, uma vez que tal procedimento poderia resultar na ampliação indevida dos debates e não encontrava respaldo no Regimento Interno. Ressaltou que a mesma regra havia sido aplicada em outras oportunidades e que a Presidência precisava observar as disposições regimentais. Por fim, o Presidente agradeceu a presença e a participação da Cidadã Deidiane Rodrigues da Silva e das demais mães presentes, manifestando a expectativa de que as demandas apresentadas resultassem em providências concretas e em novos esclarecimentos por parte do Poder Executivo. Em seguida, **declarou encerrada a Tribuna Popular**. Sem mais cidadãos inscritos, o **Presidente** declarou encerrada a Tribuna Popular e passou para a apreciação da **Ordem do Dia**. Em seguida, o **Presidente** encerrou o grande expediente e declarou aberta a **Ordem do Dia**, a qual iniciou com a *apreciação em segundo turno do Projeto de Lei n.º 28/2026, que "Altera o art. 3º da Lei Municipal nº 1.687, de 12 de abril de 2023, para estender às taxas municipais referentes ao imóvel a isenção concedida aos portadores de Neoplasia Maligna (Câncer), e dá outras providências", de autoria do Vereador Cresio Costa*. Não houve discussão. **Colocado em sua segunda votação, o Projeto de Lei n.º 28/2026 foi aprovado por unanimidade**. Em seguida, *apreciaram em segundo turno o Projeto de Lei n.º 30/2026, que "Autoriza o Poder Executivo a efetuar o pagamento aos servidores públicos municipais dos valores correspondentes aos recursos financeiros recebidos do Hospital Alemão Oswaldo Cruz – HAOC, decorrentes da execução do Projeto 'Fortalecimento das ações de vigilância em saúde e ambiente para o enfrentamento de doenças tropicais negligenciadas (DTN) – PROADI-SUS', e dá outras providências", de autoria do Chefe do Poder Executivo Municipal*. Não houve discussão. **Colocado em sua segunda votação, o Projeto de Lei n.º 30/2026 foi aprovado por unanimidade**. Prosseguindo, *deliberaram em único turno o Requerimento n.º 45/2026, de autoria da Vereadora Gleds da Fonseca, solicitando informações do Executivo*

A Ordem por princípio

Municipal sobre a possibilidade de instalação de placa de parada obrigatória – "PARE" no cruzamento localizado na Rua Morro Grande, no bairro Maria e Vadico. Colocado em discussão, esta Secretária manifestou-se acerca de tratar-se de mais um requerimento de sua autoria relacionado à instalação de placa de sinalização. Relatou que, anteriormente, havia apresentado solicitação semelhante em razão de um acidente ocorrido no trecho entre a Rua Manaus e a Rua Sebastião Egídio da Fonseca, ocasião em que, após o acidente, a sinalização foi finalmente instalada. Esta Secretária afirmou esperar que o pedido apresentado pelo morador do bairro fosse atendido antes que outro acidente ocorresse, ressaltando que o local era conhecido por todos como um ponto perigoso, inclusive pelo Prefeito, pelos cargos comissionados e pelos próprios vereadores, que transitavam frequentemente pela via. Considerou que a instalação da placa já deveria ter sido providenciada, não sendo razoável a necessidade de apresentação de requerimento para uma medida de sinalização que poderia ser facilmente verificada e executada pelo Poder Executivo. Acrescentou que a situação lhe causava indignação, uma vez que, segundo relatou, a placa já se encontrava disponível no acampamento, cabendo apenas a sua instalação no local indicado. Por fim, esclareceu que, embora entendesse ser desnecessária a apresentação de requerimento para uma providência dessa natureza, estava atendendo à solicitação do morador e submetendo a matéria à apreciação e votação do Plenário. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 45/2026 foi aprovado por unanimidade.** Continuaram, discutindo em único turno o Requerimento n.º 46/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando que o Executivo Municipal encaminhe informações e documentos relativos à contratação de empresa para prestação de serviços de assessoria à Secretaria Municipal de Educação, incluindo contrato e aditivos, atividades desenvolvidas, valores pagos, fontes de custeio e objetivos da contratação. Colocado em discussão, a Vereadora Tatiana esclareceu que havia apresentado o requerimento de forma objetiva, especificando pontualmente as informações que pretendia obter. Ressaltou que a medida fazia parte do trabalho de fiscalização que já vinha sendo realizado em relação às empresas que prestavam serviços ao Município, com o objetivo de verificar quais benefícios efetivamente estavam sendo proporcionados à população por meio dessas assessorias e se os serviços contratados correspondiam aos valores despendidos pelos cofres públicos. Destacou a importância de que, ao final do processo de investigação e averiguação dos contratos, fosse possível obter informações concretas acerca dos serviços efetivamente prestados, verificando se as empresas estavam, de fato, desenvolvendo suas atividades e contribuindo para a melhoria dos serviços e da realidade do Município. Frisou que a fiscalização buscava assegurar que os recursos públicos fossem empregados de maneira adequada e que as contratações resultassem em benefícios efetivos para a população. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 46/2026 foi aprovado por unanimidade.** Por fim, deliberaram em único turno o Requerimento n.º 47/2026, de autoria da Vereadora Tatiana Cristina de Andrade Gonçalves, solicitando que a Secretaria Municipal de Saúde encaminhe informações sobre as pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista e diagnósticos semelhantes acompanhadas pela rede municipal de saúde, incluindo demanda por acompanhamento terapêutico, atendimentos oferecidos,

locais e profissionais responsáveis, fila de espera e valores investidos. Não houve discussão. **Colocado em sua única votação, o Requerimento de n.º 47/2026 foi aprovado por unanimidade.** Antes de encerrar a sessão, o Presidente encaminhou o **Projeto de Lei n.º 32/2026**, de autoria do Vereador Danilo José Soares Marques, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação, em tempo real, da relação atualizada dos medicamentos disponíveis na Farmácia Básica Municipal de São João Batista do Glória/MG, e dá outras providências", às Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças e Orçamento; e de Educação, Saúde e Assistência, para análise e emissão dos respectivos pareceres. Em seguida, encaminhou o **Projeto de Lei n.º 33/2026**, que "Institui o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) do Município de São João Batista do Glória/MG, em conformidade com a Lei Federal n.º 12.305/2010 e a Lei Estadual n.º 18.031/2009, e dá outras providências", às Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final; de Finanças e Orçamento; de Educação, Saúde e Assistência; e de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Meio Ambiente, para análise e emissão dos respectivos pareceres. Nada mais havendo a tratar, o **Presidente** declarou encerrada a sessão e convocou os vereadores para a 83.ª (octogésima terceira) Sessão Ordinária a ser realizada no dia 14 (quatorze) de setembro de 2026, segunda-feira, às 19h. Eu, _____, Secretária Geral, **Gleds da Fonseca**, mandei lavrar esta ata que será assinada após a sua aprovação.

Presidente Renato Mayer Cruz.

Tatiana C. de A. Gonçalves